

## A POLÍTICA PÚBLICA PERMEANDO A HISTÓRIA

Eder Severino Xavier<sup>1</sup>

Hernani Martins Júnior<sup>2</sup>

Edgar Hernando Lizarazo Jaimes<sup>3</sup>

Geraldo Humberto Silva<sup>4</sup>

A organização social da Europa medieval, para situarmos no mundo ocidental, moldou-se pela construção de cidades a partir dos princípios feudais. Era uma evolução natural do ponto de vista da gestão dos problemas econômicos e sociais pois não prescindia de processos migratórios. A partir daí as condições de evolução propiciaram o surgimento das cidades mercantis, que agregavam o poder econômico e por conseguinte o poder político. A concentração das atividades produtivas dos mestres artesãos impunha uma nova dinâmica econômica, gerando especialidades entre diferentes cidades que propiciavam uma sinergia comercial entre diferentes polos de especialidades.

Os ganhos de escala que emergem do processo de aglomeração diminuíam os custos operacionais e transacionais retroalimentando o crescimento das cidades, gerando maior aglomeração de pessoas e criando mercados consumidores. O mercado de consumo local faz desenvolver ainda mais o comércio de forma generalizada por

toda Europa. As cidades se desenvolvem e ganham ainda mais poder político ensejando a criação dos estados nacionais. Nesta nova ordem, a partir do estabelecimento de estados maiores, a briga por mercados se torna mais acirrada e as corporações começam a tensionar por decisões políticas que os beneficie. A estratégia de expansão dos mercados leva às grandes navegações, em princípio para estabelecer novas rotas comerciais. Mas sobretudo conduz à ascensão da burguesia comercial que mudaria para sempre a tradicional divisão do poder entre o clero e monarquia.

As prerrogativas burguesas vão sendo impostas sem muita resistência dado à supremacia econômica que os monopólios lhes garantem. Do ponto de vista do povo, há uma sensação de melhora fenomenal, novas classes sociais emergem: comerciantes, mestres de ofício, empregados domésticos, transportadores, mestres de navegação, cartógrafos, contadores, professores entre outros. A sociedade evolui, com uma dinâmica de bens e serviços mais moderna.

Do ponto de vista do estado, a argumentação desenvolvimentista lhes assegurava a perenidade, reforçando os laços com a burguesia, que via cada vez mais proveitosa esta relação com os agentes estatais. O capital fluía assegurado pela estrutura do estado, politicamente estável

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 01 Páginas 01-03</p>
<p><a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</a></p>	<p><a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a></p>	

graças ao desenvolvimento econômico.

Mas o capital cobra seu preço. A permissividade entre estado e empresários causaram distorções terríveis. A desigualdade se acentua, a vida nas manufaturas se torna excessivamente penosa e insalubre. As cidades se tornam inchadas, superpopulosas e caóticas, comprometendo a oferta de serviços básicos, o que impacta diretamente na saúde e na baixa expectativa de vida dos cidadãos, especialmente dos mais pobres. A autodestruição das cidades parece iminente. O estado tenta reassumir seu papel normatizador, embora contrariando alguns interesses no curto prazo, impondo restrições ao livre domínio do estado.

Os limites de atuação do estado passam a ser questionados. O capital pressiona por um estado mínimo, para que possam ter mais liberdade de atuação e menos interferência estatal. A teoria do estado mínimo com Adam Smith (SMITH, 1776) ganha impulso na medida em que propõe o que parece ser o necessário ao desenvolvimento econômico, o chamado estado liberal. A proteção estatal pela propriedade, o seu caráter de direito absoluto, a supremacia dos contratos das corporações fabris e mercantis, fazem com que a desigualdade se perpetue, uma vez que o estado mínimo é absorvido por completo pelos interesses do capital. A

gestão estatal somente presta à proteção da propriedade privada e à assecuração dos contratos fabris e mercantis.

O suprimento das demandas reprimidas (mercados locais) faz com que a disputa por mercados se torne transfronteiriça (CORREIA, 2014). Prússia e Inglaterra polarizam a disputa que viria a ensejar duas grandes guerras mundiais, com enormes perdas humanas, não obstante ganhos expressivos de grandes corporações. Embora as nações estivessem em guerra, a indústria da guerra favorecia as grandes corporações retroalimentando sua preponderância política. Estes eventos implodiram as organizações civis, diminuindo a pressão popular e minorando mecanismos de governança participativa, ou seja, este “estado”, gerido pelo capital, saiu fortalecido.

O ápice iconoclasta da revolução burguesa, dá-se com a criação da ONU como agente de legitimação dos estados burgueses vencedores da beligerância com pesadas sanções unilaterais (DAEHNHARDT, 2014). Sob o véu da proteção dos direitos humanos, um pretexto ideologicamente elegante, os vencedores criam um método de dominação ainda mais abrangente e sofisticado. Sob a chancela de um órgão “multilateral” os vencedores impõem os seus interesses, diga-se, interesses de suas grandes corporações, ao redor do mundo, mesmo que isto implique o

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 01 Páginas 01-03</p>
<p><a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</a></p>	<p><a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a></p>	

desrespeito às normas de direitos humanos, os próprios preceitos da ONU.

Sem romantismo, podemos dizer que a noção de certo e errado está sempre associada aos movimentos de poder. A subjetividade do direito sempre favorece a conveniência de minorias dominantes. Assim foi na corrida espacial, na guerra fria, nas guerras do petróleo e na instabilidade política de países árabes, que sob o pretexto de proteção de valores ocidentais, favorecia os interesses do capital (HURRELL, 2005).

A política pública, nunca foi prioridade do estado, uma vez que a minoria dominante não as necessita. Embora surja com maior ou menor intensidade ao longo do tempo e através de nações, é sempre medida paliativa para aplacar as massas. *Panis et Circus, deste César*, nunca deixou de existir, e em todas as eras, sempre trouxe conveniência a quem governa, quem quer que seja.

## REFERÊNCIAS

CORREIA, Sílvia Adriana Barbosa. Cem anos de historiografia da primeira guerra mundial: entre história transnacional e política nacional. *Topoi*, vol. 15, n. 29, Rio de Janeiro, Jul/Dec. 2014.

DAEHNHARDT, Patrícia. Centenário da grande guerra as origens da grande guerra e o estatuto de grande potência: o caso da Alemanha. *Relações Internacionais*. Lisboa, Jun, v. 42, p. 79-93, 2014.

HURRELL, Andrew. Pax Americana or the empire of insecurity?, *Revista brasileira de política internacional*. Vol. 48, n. 2, Brasília, Jul/Dec. 2005.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Inglaterra, 1776.

<sup>1</sup> Doutor, mestre e graduado em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8494195133028197>.

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2170320174626175>.

<sup>3</sup> Doutor em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e graduado em Química pela Universidad Industrial de Santander. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6004687413519008>.

<sup>4</sup> Doutor em Química pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestre em Agroquímica e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9385808202043341>.

<p>Folha Acadêmica do CESH ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 01 Páginas 01-03</p>
<p><a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</a></p>	<p><a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a></p>	